



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR  
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANÁPOLIS

# CADERNO DE PROVAS

---

## INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
  2. Você receberá do fiscal:
    - a) 01 (um) caderno de questões;
    - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
    - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
    - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
  3. O caderno de questões contém:
    - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
    - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
    - c) 01 (uma) proposta de redação.
  4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
  5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
  6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
  7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
  8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
  9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
  10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
  11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 10 Questões

---

Para responder às questões 01 e 02, leia com atenção o texto a seguir:

#### **As chamadas do discurso do ódio**

Por António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

Em todo o mundo, o ódio avança. Uma ameaçadora onda de intolerância e violência baseada no ódio está atingindo seguidores de muitas religiões em todo o planeta.

Tristemente — e perturbadoramente — estes incidentes cruéis estão se tornando comuns. Nos últimos meses, temos visto judeus assassinados em sinagogas e seus túmulos desfigurados com suásticas; muçulmanos executados dentro de mesquitas e seus locais religiosos vandalizados; cristãos assassinados em oração e suas igrejas destruídas.

Para além destes ataques horríveis, cada vez mais uma retórica abominável está sendo usada não apenas contra grupos religiosos, mas também contra minorias, migrantes, refugiados, mulheres e os também chamados “outros”.

Na medida em que as labaredas do ódio se espalham, as mídias sociais são exploradas pela intolerância. Movimentos neonazistas e de supremacia branca estão crescendo. E a retórica inflamada está sendo usada para benefício político.

O ódio está se movendo tanto na corrente das democracias liberais como nos regimes autoritários — e colocando uma sombra sobre a nossa humanidade em comum.

As Nações Unidas têm um longo histórico de mobilizar o mundo contra o ódio de qualquer tipo através de ações abrangentes de defesa dos direitos humanos e no avanço do Estado de Direito. De fato, a real identidade e o estabelecimento da ONU têm raízes no pesadelo que se segue quando ódio virulento é deixado sem oposição por muito tempo.

Nós reconhecemos o discurso do ódio como um ataque contra a tolerância, a inclusão, a diversidade e a essência de nossas normas e princípios de direitos humanos.

Mais amplamente, ele compromete a coesão social, desgasta valores compartilhados e pode criar a base para a violência, retardando a causa da paz, da estabilidade, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana.

Nas últimas décadas, o discurso de ódio tem sido precursor de crimes de atrocidade, incluindo genocídio, de Ruanda a Bósnia e ao Camboja.

Temo que o mundo esteja chegando a outro grave momento na batalha contra o demônio do ódio. Por isso, lancei duas iniciativas da ONU em resposta a esta ameaça.

Primeiro, acabo de divulgar a Estratégia e Plano de Ação do Discurso do Ódio para coordenar esforços através de todo o sistema das Nações Unidas, atacando as raízes que o causam e tornando nossa resposta mais efetiva. Em segundo lugar, estamos desenvolvendo um Plano de Ação para que a ONU se engaje por completo nos esforços de proteger locais religiosos e garantir a segurança nos espaços de culto.

---

---

Para aqueles que insistem em usar o medo para dividir comunidades, devemos dizer: diversidade é uma riqueza, nunca uma ameaça.

Um profundo e sustentável espírito de respeito mútuo e receptividade pode transcender posts e tuítes disparados numa fração de segundo. Afinal de contas, nunca devemos esquecer que cada um de nós é um “outro” para alguém, em algum lugar. Não pode haver ilusão de segurança quando o ódio é disseminado. Como parte de uma só humanidade, nossa tarefa é cuidar um dos outros.

É claro que toda ação destinada a atacar e confrontar o discurso de ódio deve ser consistente, com direitos humanos fundamentais.

Enfrentar o discurso de ódio não significa limitar ou proibir a liberdade de expressão. Significa evitar que este discurso se transforme em algo mais perigoso, particularmente que incite discriminação, hostilidade e violência, o que é proibido pela legislação internacional.

Precisamos tratar do discurso de ódio como tratamos qualquer ato mal-intencionado: condenando, recusando que seja ampliado, confrontando-o com a verdade, encorajando que os autores mudem seu comportamento. Chegou a hora de avançar para erradicar antissemitismo, ódio contra muçulmanos, perseguição a cristãos e todas as formas de racismo, xenofobia ou intolerância.

Governos, sociedade civil, setor privado e imprensa têm importantes papéis. Líderes políticos e religiosos têm uma responsabilidade especial em promover a coexistência pacífica. Ódio é perigoso para todos — e lutar contra ele deve ser um trabalho de todos. Juntos podemos extinguir as chamas do ódio e defender os valores que nos unem como uma única família humana.”

(Fonte: <https://unaids.org.br/2019/07/as-chamas-do-discurso-do-odio-por-antonio-guterres/>; acessado em 14/11/2022)

### Questão 01

Assinale a alternativa que contém uma interpretação equivocada do texto:

- a) No título, que é bastante sugestivo, temos o emprego de “as chamas”, que faz alusão ao caráter incendiário do discurso de ódio.
- b) No primeiro parágrafo, o emprego do verbo no presente do indicativo e o uso de expressões de abrangência, como “Em todo mundo”, “muitas religiões” e “em todo o planeta” conferem o efeito de sentido de verdade e universalidade à afirmação nele contida.
- c) No sétimo parágrafo, o emprego do pronome na primeira pessoa do plural configura um “nós” de autoridade, que amplia a figura do autor do artigo para o coletivo da instituição da qual faz parte e lhe confere autoridade para dizer o que diz.
- d) Segundo o autor, só será possível extinguir as chamas do ódio da intolerância mediante ações consistentes, a exemplo do estabelecimento de limites à liberdade de expressão, para impedir a difusão da retórica inflamada pelas mídias sociais.

### Questão 02

Assinale a alternativa que contém informações que não condizem com aquelas contidas no texto:

- a) No terceiro parágrafo do texto, o autor fala dos ataques e da retórica abominável que vêm sendo usados contra não apenas grupos minoritários, mas também contra os chamados “outros”, fazendo alusão a todo aquele que pensa diferente.
- b) O texto ainda cita o termo “outro(s)” nos parágrafos seguintes, como quando diz que podemos concluir que “cada um de nós é um ‘outro’ para alguém”, como um argumento a justificar a imperiosidade de exercitarmos o espírito de respeito mútuo e receptividade.
- c) O autor pondera que a onda de intolerância e violência baseada no ódio prepondera nas questões religiosas, deixando de citar eventual influência ou relação nas questões políticas.
- d) Pode-se extrair do texto que, para a Organização das Nações Unidas, o discurso de ódio é um ataque contra a tolerância, a inclusão, a diversidade e a essência dos direitos humanos fundamentais.

### Questão 03

Não há correlação adequada em qual alternativa?

- a) dedo - digital.  
b) fígado - figadal.  
c) jovem - jovial.  
d) quartel - caserna.

### Questão 04

Assinale a alternativa que contenha apenas palavras femininas:

- a) cal, aguardente, alface, fênix.  
b) acne, entorse, contralto, personagem.  
c) matinê, derme, dó, echarpe.  
d) delta, caudal, laringe, enzima.

### Questão 05

A palavra, contida nos parênteses, preenche adequadamente a lacuna do enunciado em:

- a) O garoto \_\_\_\_\_ o fósforo. (ascendeu)  
b) O oficial de justiça entregou o \_\_\_\_\_ judicial. (mandato)  
c) O réu foi preso em \_\_\_\_\_. (fragrante)  
d) A criança \_\_\_\_\_ o castigo. (expiou)

### Questão 06

Marque a alternativa em que há erro na concordância verbal:

- a) Há anos não cozinho para o meu avô.  
b) Aluga-se bicicletas para passeio ciclístico.  
c) Faz anos que o meu pai não me visita.  
d) Sempre haverá pessoas com problemas financeiros.

### Questão 07

Dadas as proposições abaixo, marque a opção que preenche corretamente as lacunas:

José Mário saiu \_\_\_\_ alguns minutos.

O mapa indica que o subúrbio fica \_\_\_\_\_ meia hora daqui.  
Daqui \_\_\_\_\_ um ano iremos viajar.  
Não vejo Ricardo Leão \_\_\_\_\_ dias.

- a) há; a; a; há
- b) a; há; há; a
- c) a; há; a; há
- d) há; a; a; a

#### Questão 08

"...uma variedade de profissões miseráveis **que as nossas pequena e grande burguesias** não podem adivinhar."

O termo em destaque apresenta uma regra de concordância nominal. Observando a regra da Gramática Normativa, assinale a alternativa em que, pluralizando-se a frase, as palavras destacadas permanecem invariáveis:

- a) **Só** estudei o elementar, o que me deixa **meio** apreensivo.
- b) Passei **muito** inverno **só**.
- c) Este é o **meio** mais exato para você resolver o problema: estude **só**.
- d) **Meia** palavra, **meio** tom – índice de sua sensatez.

#### Questão 09

Sendo (C) para as assertivas corretas e (E) para as erradas, assinale a alternativa com a sequência certa considerando a observância das normas da língua portuguesa, especialmente o emprego ou não de crase:

- ( ) O trem chegou à estação às 18 horas.
- ( ) contei o caso a uma senhora supersticiosa.
- ( ) Rezamos à Nossa Senhora todos os dias.
- ( ) Tomou o remédio gota a gota.

- a) E – E – E – C
- b) C – C – E – C
- c) C – E – C – E
- d) E – C – C – C

#### Questão 10

Classifique as conjunções subordinativas a seguir:

- I – Desde que é impossível, não insistirei.
- II – Ele era arrastado pela vida como uma folha pelo vento.
- III – Comprarei o quadro, desde que não seja caro.

- a) I – causal/ II – consecutiva/ III - causal
- b) I – causal/ II – comparativa/ III - condicional
- c) I – concessiva/ II – comparativa/ III - causal
- d) I – concessiva/ II – consecutiva/ III - condicional

## MATEMÁTICA

### 05 Questões

#### Questão 11

Qual é a forma fatorada do produto entre os polinômios  $x^2 + 14x + 49$  e  $x^2 - 14x + 49$ ?

- a)  $(x + 7)^2 \cdot (x - 7)^2$
- b)  $(x + 7) \cdot (x - 7)^2$
- c)  $(x + 7)^2 \cdot x - 7^2$
- d)  $x + 7^2 \cdot (x - 7)^2$

#### Questão 12

Qual o mínimo múltiplo comum entre 145, 25, 10, 5?

- a) 1.450.
- b) 181.250.
- c) 870.
- d) 5.

#### Questão 13

Resolva a seguinte equação  $15x - 13 = -39 - 11x$ . Assinale a alternativa que corresponda ao seu resultado.

- a) 3
- b) -2
- c) -1
- d) 4

#### Questão 14

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Uma obra literária teve um aumento de 20% e agora custa R\$180,00. Portanto, o preço antes do aumento era de R\$150,00.
- b) Numa padaria, em 60 kg de farinha e fermento, 2% é de fermento. Se acrescentarmos 100 gramas de fermento, a nova mistura possui 2,16% de fermento.
- c) Uma loja vendia uma TV por R\$2.000,00. No natal, a loja anunciou uma promoção oferecendo 20% de desconto em todos os produtos do estoque; logo, o preço da TV com desconto é de R\$1.600,00.
- d) Um trabalho de matemática tem 30 questões de aritmética e 50 de geometria. Júlia acertou 70% das questões de aritmética e 80% do total de questões. Logo, Júlia acertou 85% das questões de geometria.

#### Questão 15

Pedro deseja comprar uma moto cujo preço à vista, com todos os descontos possíveis, é de R\$21.000,00 e esse valor não será ajustado nos próximos meses. Ele tem R\$20.000,00, que podem ser aplicados a uma taxa de juro composto de 2% ao mês, e escolhe deixar seu dinheiro aplicado até que o montante atinja pelo menos o valor da moto. Para ter o valor da moto, Pedro deverá esperar:

- a) três meses até a quantia exata.
- b) três meses e ainda sobrarão, R\$225,00.

- c) três meses e ainda sobrarão, aproximadamente, R\$200,00.  
d) quatro meses até a quantia exata.

## HISTÓRIA DO BRASIL

### 05 Questões

#### Questão 16

A Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817, foi o último movimento separatista do período colonial. Está relacionada com a crise socioeconômica que o Nordeste atravessava há quase um século em razão da desvalorização do comércio do açúcar e do algodão brasileiros no mercado externo. Com relação a esse acontecimento, é possível afirmar que os insurgentes:

- a) pretendiam a separação de Pernambuco do restante do reino, impondo a expulsão dos portugueses desse território.  
b) contaram com a ativa participação de homens negros, pondo em risco a manutenção da escravidão na região.  
c) dominaram Pernambuco e o norte da colônia, decretando o fim dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.  
d) propuseram a independência e a República, congregando proprietários, comerciantes e pessoas das camadas populares.

#### Questão 17

Com objetivo ilustrativo e de contextualização, confira adiante matéria jornalística que transcreveu discursos de parlamentares escravagistas na sessão do Senado que resultou na aprovação da Lei Áurea, em 1888 e, adiante, veja alguns anúncios comuns à época em jornais brasileiros, nos quais se noticiavam vendas ou aluguéis de escravizados, bem como fugas e promessas de recompensas pela recaptura e, ao final, de modo mais específico, no último quadro do lado direito, a repercussão do mercado sobre os impactos provocados na economia com a abolição do trabalho escravizado. Após, julgue e assinale a alternativa correta:

*“De um traço de pena se legisla que não existe mais tal propriedade [o escravo] (...) enfim senhores, decreta-se que neste país não há propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção nem a direitos adquiridos, nem a inconvenientes futuros!”. Com estas palavras inflamadas João Mauricio Wanderley, o Barão de Cotegipe, líder da bancada escravagista no Senado, criticou a Lei Áurea em 12 de maio de 1888, às vésperas de sua aprovação. O parlamentar baiano aproveitou a sessão que discutia a abolição para lançar mão de um discurso de medo, associando a libertação dos escravos a uma temida reforma agrária. “Sabeis quais as consequências? Não é segredo: daqui a pouco se pedirá a divisão das terras, do que há exemplo em diversas nações, desses latifúndios, seja de graça ou por preço mínimo, e o Estado poderá decretar a expropriação sem indenização!”*

O Barão de Cotegipe traçou na tribuna do Senado um quadro de grave crise social e econômica caso a Lei fosse aprovada. *“Tenho conhecimento das circunstâncias da nossa lavoura, especialmente das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e afianço que a crise será medonha. A verdade é que há de haver uma perturbação enorme na paz durante muitos anos”.*

Alguns parlamentares defensores da escravidão tentaram dar um verniz humanista ao seu posicionamento conservador. “A proposta que se vai votar é inconstitucional, antieconômica e desumana”, afirmou o senador Paulino de Souza, em 12 de maio. Para Souza, ele mesmo um proprietário rural, a Lei Áurea era desumana “porque deixa expostos à miséria e à morte os inválidos, os enfermos, os velhos, os órfãos e crianças abandonadas da raça que quer proteger”, que uma vez libertos não contariam mais com a proteção do seu senhor.

O senador lança mão de uma comparação com a Revolução Francesa, que pôs fim à monarquia no país europeu, e aproveita para alfinetar seus colegas conservadores que apoiam a Lei: “Esse governo revolucionário [da França] não se animou a praticar o que em plena tranquilidade e em uma época regular, vai-se em poucas horas, praticar no Brasil, não sob a direção, mas com a cumplicidade de homens políticos que se dizem conservadores”. De acordo com Souza, “o Governo regular do Brasil que, em contraposição àquele Governo revolucionário, faz decretar, de um dia para outro, a abolição imediata, pura e simples, sem uma garantia para os proprietários, espoliando-os da propriedade legal”.

ALESSE, Gil. O discurso de medo na sessão do Senado que aprovou a abolição. El País: 2019. In: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573824412\\_841710.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573824412_841710.html) (acesso em 14/11/2022).

### PRETA FUGIDA.

Desappareceo no dia 11 do corrente de casa do Sr. Jorge Karmm, na Villa Theresa n. 14, tendo sahido com licença para passear, a preta Rita, de nação Benguella, de altura regular, falla ligeiro e tem o dedo pequeno do pé um pouco levantado; levou chale de merinó amarello, vestido de chita em cassa, de babados com barra azul, e tem muitos signaes de castigo no corpo. O abaixo assignado dá boa gratificação a quem a apprehender, e protesta com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutado. Villa Thereza 15 de Julho de 1858.

J. Karmm.

Vende-se uma crioula de 18 annos, com um filho de 1 anno, sabendo cosinhar soffrivelmente, e intelligente para todo o serviço de casa; seu ultimo preço é 2.000\$, e o motivo da venda não desagradará ao comprador: para vêr e tratar na travessa de Joinville n. 9.

### Bonitos escravos avenda.

Vende-se a preço razoaveis, bonitos mo- leques para pagem, um copeiro um cosi- nheiro, um sapateiro, um arreador de tro- pa, duas bonitas mocambas prendadas, e mais alguns escravos, moços, sadios e re- forçados.

Na rua da Tabatinguera chacara de An- tonio Rodrigues Duarte Ribas. 1 -12

### AVISOS DIVERSOS.

Aluga-se trez escravos para serviço de sitio dando-se 10\$ mensaes for cada um, e sustento trez vezes ao dia, nas cinco pon- tas n. 11 se dirá para quem he; na mesma casa serão entregue ditos escravos so convier o ajuste.

Offerece-se uma creola de bons costu- mes para ama de casa de homem solteiro ou de pouca familia; no pateo da ribeira nu- mero 27.

### COMPRAS.

Para fora da provincia escravos de 15 a 35 annos, sendo sadias, com habilidades ou sem ellas, e creolinhas de 10 a 15 annos: na rua Nova loja n. 26



- a) A abolição do trabalho escravizado ocorreu no mundo de forma pioneira no Brasil, tanto que implementada de forma abrupta, em 13 de maio de 1888, sem um processo paulatino que pudesse precaver os proprietários rurais que dependiam da mão de obra escravizada, ou seja, sem que houvesse um período de transição. Naquele período, os escravizados representavam boa parte do patrimônio de muitos fazendeiros e comerciantes de africanos escravizados, uma vez que era esta a mão de obra que efetivamente trabalhava e produzia a riqueza brasileira, que até então era substancialmente rural e atrelado à produção agrícola, razão pela qual o país mergulhou em intensa e grave crise econômica e social.
- b) A abolição do trabalho escravizado no Brasil se deve à sensibilidade da Princesa Isabel que, movida por ideais humanitários que se despertavam em todo o mundo naquele período, decidiu agraciar o povo negro com a liberdade, tornando-os, a partir de então, verdadeiros cidadãos brasileiros. Por tal razão que se reconhece que no Brasil a abolição da escravatura se deve mais à virtude dos brancos cristãos e conservadores do que a um processo de luta por direitos dos escravizados, uma vez que, na experiência nacional, observava-se que, em geral, os africanos escravizados se mostravam bastante submissos e acomodados com a vida que levavam, especialmente nas fazendas de seus senhores, situação esta que é diferente, por exemplo, da experiência estadunidense, na qual o negro teve papel preponderante na conquista da sua liberdade.
- c) Em 1850, após vários anos de pressão inglesa, maior potência do mundo naquele tempo, o Brasil promulgou lei que proibia o tráfico de africanos, que ficou conhecida como Lei Eusébio de Queirós. Em que pese a lei ter tornado crime o tráfico de pessoas escravizadas tanto para quem importava, como para o dono que fazia a encomenda ou compra, bem ainda para os tripulantes da embarcação, o tráfico negreiro não só continuou, como se intensificou nos anos seguintes, de modo que, ainda que ilegal, brasileiros e portugueses continuaram a avançar contra a costa africana e a trazer navios cheios de homens, mulheres e crianças africanas para o Brasil, que, devido a proibição do tráfico, passaram a

ser mantidos ilegalmente na condição de escravizados no Brasil por seus senhores. Alguns atribuem a esse período a origem da expressão “para inglês ver”, uma vez que a lei que proibia o tráfico de pessoas escravizadas serviu para iludir os ingleses de que o Brasil teria cedido aos interesses britânicos, o que a bem da verdade não ocorreu, já que, na prática, a lei não era observada e a fiscalização em relação a ela era praticamente inexistente.

- d) Devido ao impacto que a abolição do trabalho escravizado resultou para homens, mulheres e crianças negras, que se viram desamparadas após a aprovação da Lei Áurea e, portanto, a mercê da exploração dos seus senhores, dentre outras situações em virtude do pagamento de salários miseráveis e pela falta de oportunidade de estudos e/ou de preparação profissional, seguiu-se, a partir da República Velha, que se iniciou logo depois em 1889, uma série de leis afirmativas que procuraram sedimentar a inclusão social do negro, medidas estas que foram fundamentais para que a sociedade brasileira viesse a experimentar atualmente o que sociólogos e antropólogos convencionaram chamar de “democracia racial”, situação bastante diversa do que sucedeu na experiência estadunidense, em que, após a abolição, a legislação caminhou no sentido de separar brancos e negros em duas comunidades distintas, razão pela qual se diz que a sociedade estadunidense é fundada sob a lógica de um “racismo estrutural”.

#### Questão 18

O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pronunciou a seguinte frase: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. A referida frase deixa anunciar a ideologia política da Revolução de 1930, promovida pelos interesses:

- a) da burguesia industrial, na busca de uma política de livre iniciativa.
- b) das oligarquias dissidentes, aliadas ao tenentismo, pela reforma do Estado.
- c) do operariado, com o objetivo de aprofundar a industrialização.
- d) da burguesia cafeicultora de São Paulo, com vistas à valorização do café.

#### Questão 19

Nos 21 anos da Ditadura Militar, o Brasil teve cinco presidentes militares e todos eles foram eleitos indiretamente, isto é, sem a participação da população no processo de escolha. Acerca dos presidentes e respectivos períodos de governo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Emílio Médici (1969-74) e Ernesto Geisel (1974-79).
- b) Humberto Castello Branco (1964-67) e Artur Costa e Silva (1967-69).
- c) Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-86).
- d) Artur Costa e Silva (1967-69) e Emílio Médici (1969-74).

#### Questão 20

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Do ponto de vista histórico, a Constituição de 1988 representa o coroamento do processo de transição do regime autoritário em direção à democracia. Apesar da forte presença de forças que deram sustentação ao regime militar na arena constituinte, foi possível promulgar um texto que tem como marcas distintivas o profundo compromisso com os direitos fundamentais e com a democracia, bem como a preocupação com a mudança das relações políticas, sociais e econômicas, no sentido da construção de uma sociedade mais inclusiva, fundada na dignidade da pessoa humana.

II – A Constituição de 1988, quando promulgada, contava com 245 artigos no seu corpo permanente, acrescidos de outros 70 no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias. Desde então, o seu tamanho

só vem aumentando, pela inclusão de novos dispositivos em seu texto, com a edição de sucessivas emendas constitucionais.

III – A Constituição de 1988 não se contenta em organizar o Estado e elencar direitos negativos para limitar o exercício dos poderes estatais. Vai muito além disso, prevendo direitos positivos e estabelecendo metas, objetivos, programas e tarefas a serem perseguidos pelo Estado e pela sociedade.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

## GEOGRAFIA

### 05 Questões

#### Questão 21

“Naquele Império, a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma província inteira. Com o tempo, estes mapas desmedidos não bastaram e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos dedicadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado mapa era inútil e não sem impiedade entregaram-no às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa habitadas por animais e por mendigos.” (BORGES, J. L. Sobre o rigor na ciência. Em: História universal da infâmia. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.)

No conto de Jorge Luís Borges, apresenta-se uma reflexão sobre as funções da linguagem cartográfica para o conhecimento geográfico. A compreensão do conto leva à conclusão de que um mapa do tamanho exato do Império se tornava desnecessário pelo seguinte motivo:

- a) extensão da grandeza do território político.
- b) equivalência da proporcionalidade da representação espacial.
- c) precariedade de instrumentos de orientação tridimensional.
- d) imprecisão da localização das regiões administrativas.

#### Questão 22

A respeito da divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, estabelecidas pelo IBGE em 2017, assinale a alternativa que contenha informação incorreta:

- a) A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias de 2017 visa atualizar o quadro regional do País produzido na década de 1980 e vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas, revisão esta que tem o propósito de oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do País, bem como servir de referência geográfica ao conhecimento detalhado sobre as divisões das diversas regiões que compõem o imenso Território Nacional.
- b) Para elaboração do novo quadro regional, foram utilizadas inúmeras informações referenciadas à rede urbana brasileira que, juntamente com a infraestrutura que interliga essa rede, constitui elemento central para conduzir uma análise regional comprometida com a coesão territorial do País e, simultaneamente, com a busca das diferenças e diversidades essenciais para a consolidação de um projeto pactuado entre o IBGE e os entes que compõem a federação brasileira.

- c) As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.
- d) As Regiões Geográficas Imediatas não se restringem às divisões das Unidades da Federação e, portanto, na sua definição, importa que a unidade regional seja coesa, ainda que ultrapasse os limites estaduais, como é o caso, por exemplo, dos Municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que possuem fortes relações entre si, formando um arranjo populacional e se situam em Unidades da Federação diferentes: Pernambuco e Bahia, respectivamente.

### Questão 23

Pode-se afirmar que os setores econômicos subdividem-se em três setores, em que cada um possui uma relação específica com o setor produtivo e econômico. Assinale a alternativa que corresponde à definição do setor primário:

- a) Setor que está relacionado diretamente com a produção de matérias primas, tem como atividades econômicas voltadas à agricultura, pecuária, extração mineral e extração vegetal.
- b) Setor que compreende as atividades voltadas às prestações de serviço, isto é, as atividades que dependem das relações humanas, em que um indivíduo presta serviço a outro.
- c) Setor que se vincula às atividades industriais e à construção civil, o qual se caracteriza pela transformação e manipulação da matéria-prima.
- d) Setor que envolve a automação das indústrias, incluindo o desenvolvimento de softwares para promoção da mecanização.

### Questão 24

Acerca das temáticas “Os setores da economia e as cadeias produtivas” e “A sociedade de consumo”, assinale a alternativa incorreta:

- a) O capitalismo neoliberal, após os anos 1980, caracteriza-se pelo crescimento da concentração da riqueza e das finanças em detrimento dos setores produtivos e pelo fortalecimento do papel do Estado nos direitos sociais, bem como pela diminuição do papel das finanças em relação ao PIB mundial.
- b) O processo de concentração da economia em atividades como o comércio e os serviços é denominado terciarização.
- c) Sociedade de consumo é o designativo para o tipo de sociedade do mundo desenvolvido que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços, em que a oferta geralmente excede a procura, os produtos são normalizados e os padrões de consumo estão massificados.
- d) A sociedade de consumo se consolida cada vez mais. As oportunidades de lazer se multiplicam e os shoppings centers ganham espaços nas grandes cidades. Essas transformações, ocorridas também no Brasil, criam uma padronização geral de comportamento, embora o faça sutil e disfarçadamente.

### Questão 25

Sobre os blocos econômicos, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – Além dos chamados Estados-Membros ou Estados-Parte, o Mercosul admite a participação, com direitos restritos, de países associados, que podem vir a se tornar países-membro.

II – A mais ambiciosa medida da União Europeia se materializaria no primeiro dia de 2002, quando a moeda única entrou em circulação. O euro surgiu para ser uma moeda forte e internacional, passando a concorrer com o dólar estadunidense.

III – Uma das principais deliberações do Tratado de Maastricht foi a criação de um fundo de assistência aos países mais pobres do bloco econômico.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

## INFORMÁTICA BÁSICA

### 05 Questões

#### Questão 26

No dia a dia de trabalho utilizamos o e-mail como veículo de troca de informações. Saber utilizar as ferramentas de correio eletrônico de maneira correta nas mais diversas situações e utilizando os recursos disponíveis é essencial para melhorar as comunicações pessoais e corporativas. Sobre a troca de e-mail e uso das ferramentas de correio eletrônico, é correto afirmar:

- a) Quando uma mensagem de e-mail é enviada, ela normalmente fica armazenada em uma pasta de e-mails enviados e pode ser acessada posteriormente, exceto aquelas que contêm anexos pois, por serem grandes, são apagadas automaticamente.
- b) Quando se envia um e-mail para uma lista de destinatários com uma pessoa em cópia oculta, se qualquer um dos destinatários da lista acionar a opção para responder a todos, a pessoa em cópia oculta também receberá a resposta.
- c) Uma mensagem recebida com um arquivo anexo contendo vírus é sempre desinfetada pelos mecanismos de proteção da ferramenta de correio eletrônico utilizada, de tal forma que abrir um arquivo anexo em uma mensagem representa uma ação segura.
- d) Ler uma mensagem de e-mail e, em seguida, acionar a opção “Encaminhar” normalmente indica o desejo de enviar a mensagem a outros destinatários que não estavam na lista de copiados da mensagem recebida.

#### Questão 27

Tendo por referência o aplicativo/software Microsoft Office Word, versão Standard 2021 ou superior, configurada em português brasileiro, os atalhos descritos logo abaixo correspondem, respectivamente, aos comandos descritos em qual alternativa?

- Ctrl + S.
- Ctrl + N.
- Ctrl + C.
- Ctrl + B.

- a) salvar o documento; criar um novo documento; copiar o conteúdo selecionado para a área de transferência; aplicar formatação em negrito ao texto.
- b) aplicar formatação de sublinhado ao documento; aplicar formatação em negrito ao texto; copiar o conteúdo selecionado para a área de transferência; salvar o documento.
- c) salvar o documento; aplicar formatação em negrito ao texto; colar o conteúdo da área de transferência; criar um novo documento.

- d) aplicar formatação de sublinhado ao documento; criar um novo documento; colar o conteúdo da área de transferência; aplicar formatação em negrito ao texto.

### Questão 28

Assinale a alternativa que contenha um componente que se afigura dispensável para o funcionamento básico de um computador:

- a) Memória
- b) Placa de rede
- c) Processador
- d) Sistema operacional

### Questão 29

Dada a fórmula  $= (A1+B1+C1+D1)/4$  contida na célula E1 de uma planilha Excel, para manter o mesmo resultado final, a fórmula poderá ser substituída pela função:

- a) = MÉDIA (A1; D1)
- b) = MÉDIA (A1:D1)
- c) SOMA (A1; D1) /4
- d) =SOMA (A1+B1+C1+D1)

### Questão 30

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – A memória principal é a memória interposta entre RAM e microprocessador ou já incorporada aos microprocessadores, destinada a aumentar a taxa de transferência entre RAM e o processador.

II – A memória virtual é uma memória auxiliar de acesso muito rápido usada pelo CPU durante o processamento.

III – A memória secundária é um grupo de memórias que podem ser endereçadas diretamente pela CPU, do qual fazem parte as memórias RAM, ROM, os registradores e a memória cache.

- a) Nenhum está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### 20 Questões

### Questão 31

Seguindo a disciplina constitucional dada à instituição Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União. O Ministério Público da União, a saber, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo certo que a destituição

do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Já os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, com a ressalva de que os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

- b) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União, que por sua vez compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo certo que a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Já os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, com a ressalva de que os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- c) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União, que por sua vez compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de três anos, permitida a recondução, sendo certo que a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Já os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de três anos, permitida uma recondução, com a ressalva de que os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- d) O Ministério Público abrange os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União, que por sua vez compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo certo que a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Já os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, com a ressalva de que os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

### Questão 32

De acordo com o artigo 4º da Lei Complementar Estadual 25/98, na sua redação em vigência à data da publicação do edital nº 012, de 8 de junho de 2022, que rege o presente concurso, podemos afirmar que:

- a) O Ministério Público compreende órgãos de administração superior, órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares, sendo certo que são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público. São, por sua vez, órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça e órgãos de execução do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, os Promotores de Justiça e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Por fim, temos como órgãos auxiliares do Ministério Público os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público, os Órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento e os Estagiários.
- b) O Ministério Público compreende órgãos de administração superior, órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares, sendo certo que são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público. São, por sua vez, órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça e órgãos de execução do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça. Por fim, temos como órgãos auxiliares do Ministério Público os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, os Órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento e os Estagiários.
- c) O Ministério Público compreende órgãos de administração superior, órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares, sendo certo que são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria Geral do Ministério Público e as Procuradorias de Justiça. São, por sua vez, órgãos de Administração do Ministério Público as Promotorias de Justiça e órgãos de execução do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, os Promotores de Justiça e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Por fim, temos como órgãos auxiliares do Ministério Público os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público, os Órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento e os Estagiários.
- d) O Ministério Público compreende órgãos de administração superior, órgãos de administração, órgãos de execução e órgãos auxiliares, sendo certo que são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Escola Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público. São, por sua vez, órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça e órgãos de execução do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça, os Promotores de Justiça e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Por fim, temos como órgãos auxiliares do Ministério Público os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, os Órgãos de Apoio Técnico, Administrativo e de Assessoramento e os Estagiários.

### Questão 33

Acerca dos Subprocuradores-Gerais de Justiça e tendo por norte a disciplina dada pela Lei Complementar Estadual 25/98, assinale a alternativa correta acerca das assertivas a seguir:

I - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais compete assistir ao Procurador-Geral de Justiça na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, visando estabelecer ações institucionais, bem ainda promover a aproximação, participação e o fortalecimento da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

II - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos compete aprovar a indicação ou designar servidores para responderem pelo expediente das unidades subordinadas, em caráter permanente ou em substituição, bem como supervisionar as atividades administrativas dos serviços auxiliares que envolvam membros do Ministério Público.

III - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos compete promover a integração dos Centros de Apoio Operacional e coordenar a elaboração e o trâmite interno e externo das propostas legislativas.

IV - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete coordenar os serviços da Assessoria Jurídica e Administrativa e remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça junto aos Tribunais.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está incorreta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

#### Questão 34

Conforme disciplina a Resolução 9/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado ou de acordo de não persecução cível, a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições e a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis. Cessados os motivos que ensejaram a necessidade do acompanhamento ou solucionada extrajudicialmente a questão referente ao direito individual indisponível, o procedimento administrativo será arquivado. Acerca dos procedimentos exigidos para a formalização do arquivamento, selecione a alternativa correta atinente às assertivas a seguir:

I - Relativamente ao procedimento administrativo destinado a acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado ou de acordo de não persecução cível, a promoção de arquivamento será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público para homologação, mediante remessa dos autos.

II - Na hipótese de procedimento administrativo destinado a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, o procedimento administrativo será arquivado na própria Promotoria de Justiça, não havendo necessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para revisão, devendo-se, no entanto, comunicar o arquivamento ao Conselho Superior do Ministério Público.

III - O arquivamento do procedimento administrativo relativo a direitos individuais indisponíveis será realizado na própria Promotoria de Justiça, não havendo necessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para revisão, devendo-se, no entanto, cientificar o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, ressalvadas as hipóteses em que a cientificação for facultativa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

### Questão 35

Nos termos do artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa dos seguintes interesses ou direitos, exceto:

- a) ordem jurídica.
- b) regime democrático.
- c) interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) interesses da União.

### Questão 36

Nos termos do artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, são funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) A representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- d) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar.

### Questão 37

Na forma do disposto no artigo 46 da Lei Complementar Estadual nº 25/98, além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público, exceto:

- a) exercer a fiscalização de cadeias públicas, dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência.
- b) propor as ações cabíveis para, nos casos previstos nas Constituições Federal e Estadual, perda ou suspensão de direitos políticos e dissolução compulsória de associações, bem como cancelamento de concessão ou de permissão.
- c) integrar comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.
- d) ingressar em juízo, de ofício e supletivamente, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados pelos Tribunais de Contas.

### Questão 38

Nas Comarcas com duas ou mais Promotorias de Justiça será escolhido Promotor de Justiça para exercer as funções de Coordenador, competindo-lhe, sem prejuízo de suas atribuições normais, exceto:

- a) baixar instruções, disciplinando o funcionamento da Coordenadoria e dos serviços auxiliares.
- b) informar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, as deficiências dos prédios e das acomodações destinadas ao Ministério Público.
- c) distribuir, entre todos os titulares de Promotorias de Justiça da Comarca, observadas suas atribuições e o critério de rodízio, os expedientes protocolados junto à Secretaria da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Comarca.
- d) promover reuniões mensais internas para fixação de orientações aos Promotores de Justiça, com caráter vinculativo, e para deliberação sobre matéria administrativa, com comparecimento obrigatório, salvo motivo justificado.

### Questão 39

Assinale a alternativa correta, quanto à escolha do Corregedor-Geral de Justiça:

- a) O processo de eleição será objeto de regulamentação do Regimento Interno do Conselho Superior de Justiça, observado o disposto nesta Lei.
- b) Não havendo inscrição de candidatos, todos os Procuradores de Justiça serão considerados inscritos de ofício, de forma automática.
- c) Qualquer membro do Ministério Público poderá, nos cinco dias subsequentes à inscrição, representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas nesta lei, que decidirá em cinco dias.
- d) Em caso de renúncia ou impedimento do Corregedor-Geral do Ministério Público por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, o Conselho Superior do Ministério Público realizará nova eleição.

### Questão 40

Assinale a alternativa incorreta quanto ao exercício das medidas judiciais e extrajudiciais adotadas pelo membro no Ministério Público no âmbito do controle externo da atividade policial:

- a) acessar quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- b) ter ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, civis e militares, após ter informado o Procurador-Geral de Justiça.
- c) requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial, podendo acompanhá-los e indicar provas.
- d) representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.

### Questão 41

As alternativas abaixo relacionam-se às incumbências dos Centros de Apoio Operacional, consoante preconiza a Lei Complementar nº 25/98. Marque a alternativa que não se enquadra nas incumbências previstas para o Centro de Apoio Operacional:

- a) zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados.
- b) promover intercâmbio cultural e científico com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
- c) encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público estatística mensal e relatório anual de suas atividades.
- d) remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.

### Questão 42

Analise as assertivas abaixo, que cuidam de matéria concernente à Resolução nº 07/2018, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e após assinale a alternativa que corresponde ao julgamento das assertivas:

- I - O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de ofício, por membro do Ministério Público com atribuição criminal, ao tomar conhecimento de infração penal de iniciativa pública, por qualquer meio ou mediante provocação.

II - Constatada a necessidade de investigação de outros fatos durante a instrução do procedimento investigatório criminal, o membro do Ministério Público poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento.

III - Poderá também ser instaurado procedimento investigatório criminal por meio de atuação conjunta entre Ministérios Públicos dos Estados, da União e, no caso de outros países, por autorização do Procurador-Geral da República.

- a) I, II e III estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) I e II estão corretas.

#### Questão 43

Acerca das matérias regulamentadas pelas Resoluções 07/2018 e 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) Notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial ou judicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais. Notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público.
- b) Na hipótese de notícia de fato de natureza criminal, o membro do Ministério Público deverá observar as normas específicas do Conselho Nacional do Ministério Público, do Colégio de Procuradores de Justiça e da legislação vigente. Todos os autos extrajudiciais deverão preferencialmente observar as definições das tabelas unificadas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias. No referido prazo, o membro do Ministério Público poderá colher informações preliminares prescindíveis para deliberar sobre a instauração do procedimento adequado, sendo vedada a expedição de requisições.
- d) No caso de arquivamento de notícia de fato, o noticiante será cientificado da decisão, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, já acompanhado das respectivas razões. A cientificação será realizada, preferencialmente, por meio eletrônico, podendo também ser efetivada por carta com aviso de recebimento, notificação pessoal ou, na hipótese de não localização, por publicação no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP. A cientificação é facultativa no caso de a notícia de fato ter sido encaminhada ao Ministério Público em face de dever de ofício.

#### Questão 44

Acerca das matérias regulamentadas pelas Resoluções 07/2018 e 09/2018 do CPJ/MPGO, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, é procedimento investigatório e será instaurado para apurar fato que possa autorizar a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público. O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações de titularidade do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
- b) O procedimento investigatório criminal é instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, instaurado e presidido por membro do Ministério Público com atribuição

criminal, e tem por finalidade a apuração da prática de infrações penais de iniciativa pública, servindo como meio formador do convencimento jurídico penal. O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

- c) No âmbito da instrução do inquérito civil: as requisições ou notificações destinadas a instruir inquérito civil que tiverem como destinatários o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, Governador do Estado, Senador, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Ministro de Estado, Ministro de Tribunais Superiores, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Conselheiro dos Tribunais de Contas, Desembargador e chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo Procurador-Geral de Justiça, não cabendo a este valoração do contido no expediente, podendo deixar de remetê-las quando não forem atendidos os requisitos legais ou não empregado o tratamento protocolar devido ao destinatário, caso em que será o presidente da investigação comunicado para a possível retificação.
- d) O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de forma conjunta por membros do Ministério Público com atribuição criminal, por meio de força tarefa ou por grupo de atuação especial, com a anuência do Promotor Natural quando necessária, cabendo a presidência àquele indicado na portaria de instauração; poderá também ser instaurado procedimento investigatório criminal por meio de atuação conjunta entre Ministérios Públicos dos Estados, da União e de outros países.

#### Questão 45

Assinale a alternativa correta:

- a) Ao Procurador-Geral de Justiça compete integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso; dar posse e exercício ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- b) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça autorizar, por maioria absoluta de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público; destituir, na forma desta Lei, o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível com suas atribuições, ou grave omissão nos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/3 (um terço) de seus integrantes, assegurada ampla defesa.
- c) Ao Conselho Superior do Ministério Público compete indicar ao Procurador-Geral de Justiça, através de formação de lista, Promotores de Justiça para substituição por convocação; propor, visando o interesse público, a disponibilidade e a remoção compulsória de membros do Ministério Público.
- d) Compete ao Colégio de Procuradores decidir, em grau de recurso, acerca das causas de inelegibilidade para escolha de membro de órgão colegiado do Ministério Público, Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público; conferir posse e exercício, na primeira quinzena do mês de dezembro, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público.

#### Questão 46

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao Procurador-Geral de Justiça compete designar membros do Ministério Público para designar Procurador de Justiça para representação junto ao Tribunal de Justiça após aprovação do Colégio de Procuradores.
- b) Ao Procurador-Geral de Justiça compete designar membros do Ministério Público para exercer as funções de Promotor de Justiça Corregedor, por indicação do Corregedor-Geral do Ministério Público.

- c) Ao Procurador-Geral de Justiça compete designar, mediante escolha do Conselho Superior do Ministério Público, os membros da Comissão de Concurso e seus substitutos e arbitrar-lhes gratificação pelos serviços prestados durante o certame.
- d) Ao Procurador-Geral de Justiça compete designar membros do Ministério Público para garantir, mediante rodízio, o plantão do Ministério Público em cada região, para os fins previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### Questão 47

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo no âmbito da instituição ficarão sujeitos a um período de estágio probatório de dois (02) anos, durante o qual serão apurados os requisitos necessários para a aquisição da estabilidade.

II - O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade acarretará a exoneração do servidor, sendo dispensada a instauração de processo administrativo.

III - Ao término do período do estágio probatório, verificado o atendimento aos requisitos exigidos, será o servidor declarado estável por ato do Conselho Superior do Ministério Público.

- a) Nenhum item está correto.  
b) Apenas os itens I e II estão corretos.  
c) Apenas os itens II e III estão corretos.  
d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 48

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 1º de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - Fica criado, no Ministério Público do Estado de Goiás, o Programa de Aperfeiçoamento Profissional, destinado à elevação da capacitação profissional nas tarefas executadas e à preparação dos servidores nas carreiras para desempenhar funções de maior complexidade e responsabilidade, de caráter permanente e contínuo, independente da natureza e grau de escolaridade estabelecidos para os cargos.

II - Fica estabelecida a obrigatoriedade do treinamento introdutório para os servidores aprovados em concurso público, ministrado imediatamente após a posse no cargo, bem como o treinamento específico de gerência, obrigatório para os ocupantes de cargo de confiança e de chefia.

III - Para a concessão da gratificação de incentivo funcional, os títulos ou certificados apresentados não precisam ter pertinência com as atribuições do cargo efetivo, considerando a área de conhecimento do curso e as demais condicionantes inseridas em ato do Procurador-Geral de Justiça.

- a) Nenhum item está correto.  
b) Apenas os itens I e II estão corretos.  
c) Apenas os itens II e III estão corretos.  
d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 49

Com base na Lei estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Dar-se-á permuta entre dois cargos iguais, pertencentes a quadros de lotação diversos dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, a pedido, resguardado o interesse da administração.

II - As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por membros do Ministério Público ou servidores ocupantes de cargo efetivo.

III – É vedada a designação, a qualquer título, para cargos em comissão ou funções gratificadas da administração do Ministério Público do Estado de Goiás, de cônjuge ou companheiro e parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, de Promotores e Procuradores de Justiça em atividade ou aposentados há menos de 5 (cinco) anos.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 50

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 1º de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

II - Os adicionais serão concedidos nos percentuais de 10, 15 e 20% (dez, quinze e vinte por cento) do vencimento, conforme se trate de insalubridade, periculosidade e risco de graus mínimo, médio e máximo.

III - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

---

## PROVA DISCURSIVA

### 02 Questões

*Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.*

---

#### Questão 01

Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, hipóteses em que a decretação do sigilo deverá ser motivada.

Tendo isso em conta, exemplifique 4 providências que, conforme o caso, podem ou devem ser adotadas e que concretizam o referido princípio da publicidade.

#### Questão 02

O Promotor de Justiça instaurou inquérito civil público, de ofício, para apurar eventual prática de abusividade de preço e cartelização na revenda de combustíveis no município. O Promotor de Justiça, durante a tramitação da investigação, concluiu que não possuía atribuição para ajuizar a ação civil pública correlata. Responda os seguintes questionamentos sobre o fato narrado:

- Qual a providência que deve ser adotada pelo membro do Ministério Público, após concluir que não possui atribuição para o ajuizamento da ação civil pública?
- Caso haja suscitação de conflito negativo de atribuições, qual a providência procedimental a ser adotada?
- Se houver a declinação de atribuição para outro ramo do Ministério Público, a decisão pode ser executada imediatamente? Explique.

---

## REDAÇÃO

*Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.*

---

### Resistência à ciência

Crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico

A ciência vive uma crise de confiança. Em sociedades polarizadas, nas quais notícias falsas e teorias da conspiração se propagam com rapidez pelas redes sociais, o conhecimento científico tornou-se alvo frequente de ataques que reverberam em grupos com crenças ou interesses políticos ou econômicos contrariados – ou simplesmente com baixo letramento. Os efeitos desse fenômeno estão ressaltados em um levantamento publicado em julho e realizado em 144 países, inclusive no Brasil, para conhecer a visão, o interesse e o grau de informação sobre assuntos ligados à ciência e tecnologia (C&T). Executado pelo Instituto Gallup por encomenda da organização britânica Wellcome Trust, o estudo ouviu mais de 140 mil pessoas e verificou que, no caso dos brasileiros, 73% desconfiam da ciência e 23% consideram que a produção científica pouco contribui para o desenvolvimento econômico e social do país. Tal nível de descrédito não é uma exclusividade do Brasil e afeta nações desenvolvidas como França e Japão, onde 77% dos entrevistados também declaram desconfiar da ciência.

O relatório Wellcome global monitor constatou ainda que a percepção e o engajamento dos brasileiros em relação à ciência são influenciados por crenças religiosas. Quase metade dos entrevistados disse que “a ciência em algum momento foi contra minhas convicções religiosas”, e, nesse grupo, três quartos afirmaram que “quando ciência e religião discordam, escolho a religião”. Tendência semelhante foi observada nos Estados Unidos, onde a ciência em algum momento confrontou as concepções religiosas de 59% dos entrevistados — destes, 60% ficaram com a religião.

Os dados mostram que, em países desenvolvidos, a percepção sobre os benefícios da ciência é três vezes maior entre indivíduos que dizem levar uma “vida confortável” em relação aos que relatam enfrentar dificuldades. O nível de confiança nos cientistas também parece ter uma correlação com o coeficiente de Gini, índice que mede o grau de concentração de renda, nos países analisados. “Em países mais desiguais, as pessoas tendem a desconfiar mais da ciência do que em nações mais igualitárias”, escreveu Mark Henderson, diretor de comunicações da Wellcome Trust. Para Simon Chaplin, diretor de Cultura e Sociedade da organização britânica, as evidências em vários países sugerem que o descrédito na ciência tem relação com a reputação de outras instituições, como o governo e a Justiça. “É um alerta para todos que gostam de pensar na ciência como algo neutro e separado da sociedade em que vivemos.”

Tais resultados não surpreendem Yurij Castelfranchi, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Não se trata apenas de um movimento de negação de consensos científicos, mas de uma crise de legitimidade”, diz. “As pessoas desconfiam da ciência assim como desconfiam de outras estruturas de poder, como o governo, o sistema judiciário e a imprensa”, afirma o sociólogo e físico italiano, que há mais de uma década estuda como as pessoas pensam e consomem C&T no Brasil e na América Latina. “Era inevitável que esse sentimento coletivo reverberasse na ciência.”

(...)

Esse problema é notável no Brasil, como mostram os resultados do estudo Percepção pública da C&T no Brasil 2019, feito pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) por demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Realizado periodicamente desde 2006, o levantamento mostra que os brasileiros sempre afirmaram se interessar por C&T, sobretudo por assuntos ligados à medicina e ao meio ambiente. Mais recentemente, porém, mostram-se mais críticos em relação à ciência e seus usos. Em sua última edição, a pesquisa entrevistou 2.200 pessoas de todas as regiões

---

---

do país e constatou uma diminuição do percentual de indivíduos que consideram que C&T só trazem benefícios para a humanidade – de 54%, em 2015, para 31%, em 2019. Também verificou um crescimento dos que julgam que C&T produzem tanto benefícios quanto malefícios – de 12% em 2015, para 19%, em 2019. Registrou ainda uma redução na proporção dos que consideram os cientistas pessoas que fazem coisas úteis para a sociedade. Em 2010, esse número era de 55,5% dos entrevistados, em 2015 caiu para 52% e, em 2019, para 41%.

A ideia de que a ciência pode ser movida por interesses privados também ganhou força. Cresceu o contingente de pessoas para quem os cientistas são indivíduos que servem a grupos econômicos e produzem conhecimento em áreas nem sempre desejáveis. “Ao mesmo tempo, observa-se que essa percepção mais crítica vem acompanhada de um desconhecimento sobre conceitos científicos básicos”, ressalta a historiadora Adriana Badaró, coordenadora do estudo do CGEE. Ela cita como exemplo o fato de 73% dos entrevistados acharem que os antibióticos servem para matar vírus, e não bactérias.

Para o físico Marcelo Knobel, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os dados são preocupantes e podem ajudar a explicar as ondas recentes de ataques às instituições de ensino e pesquisa do país. Segundo ele, o baixo nível de confiança da população na ciência e no trabalho dos cientistas, alinhado a um preocupante desconhecimento sobre o que é ciência e sua importância para o país, pode comprometer a estrutura do sistema de ensino e pesquisa nacional. “Os cortes recentes no orçamento da ciência ilustram esses riscos”, afirma Knobel, que vem mobilizando a comunidade da Unicamp contra os cortes e os ataques à ciência. “Fazer pesquisa de qualidade exige tempo e dinheiro e isso só é viável com apoio da sociedade.”

(...)

As pesquisas da Wellcome Trust e do CGEE ajudam a compreender um processo histórico, mas não explicam o surgimento de movimentos que se opõem a evidências e consensos científicos em tópicos como mudanças climáticas, teoria da evolução ou eficácia das vacinas. Um trabalho liderado por Castelfranchi, ainda em desenvolvimento, pretende lançar luz sobre essa questão. Segundo sua percepção, não existe um movimento anticientífico, mas bolhas que rejeitam certas evidências e consensos, e que aceitam outros. “Os que se recusam a reconhecer que as mudanças climáticas estejam ligadas à ação do ser humano não são necessariamente os mesmos que defendem que a Terra é plana”, diz.

Esses grupos, ele observa, são pequenos e sempre existiram. Fortalecidos por suas próprias fontes de informação e por interpretações equivocadas de estudos científicos, ganharam notoriedade com o poder de difusão da internet. É o caso da crença de que a Terra é plana, defendida em comunidades no Facebook que reúnem quase 80 mil pessoas no mundo. “Elas tendem a ser compostas por indivíduos com uma forma paranoica de pensar, que suspeitam de consensos políticos, sociais ou científicos”, diz Castelfranchi.

As redes sociais constituem a principal ferramenta usada para disseminar essas ideias. “Os grupos contrários às vacinas no Brasil se alimentam de teorias da conspiração produzidas nos Estados Unidos e cresceram principalmente no YouTube”, destaca Dayane Machado, doutoranda do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp. Machado, que estuda os movimentos antivacina, esclarece que eles são antigos, mas ressurgiram com força a partir de 1998, quando o cirurgião Andrew Wakefield publicou na revista Lancet um trabalho indicando que a vacina tríplice viral estaria associada a casos de autismo em crianças. Estudos posteriores refutaram a conexão e, em 2010, uma década após a publicação do estudo, descobriu-se que Wakefield tinha ações de uma empresa que propunha o uso de uma vacina alternativa. O artigo foi retratado e sua licença médica foi cassada, mas o estrago estava feito.

(...)

O debate sobre como as pessoas escolhem no que acreditar e por que algumas rejeitam consensos científicos é complexo e inconclusivo. Na avaliação do linguista Carlos Vogt, do Instituto de Estudos Avançados (IdEA) e do Labjor da Unicamp, movimentos negacionistas resultam do desconhecimento sobre

---

---

o que é a ciência e como ela funciona. “A ciência é um método que nos permite identificar padrões por trás dos fenômenos da natureza e traduzi-los em leis gerais”, esclarece. O problema é que isso é pouco compreendido. “Poucos sabem que as pesquisas se baseiam em métodos, que seus resultados são submetidos à avaliação de outros cientistas da mesma área antes de serem publicados e que, se o forem, muito provavelmente serão reproduzidos por outros pesquisadores, que avaliarão se eles se confirmam ou não.” Para Vogt, é preciso entender que os resultados científicos são provisórios e suscetíveis de serem derrubados por experimentos ou observações futuras. “A verdade científica é eterna enquanto durar.”  
(...)

A União Europeia estuda como enfrentar essa onda e tem promovido discussões com base em um relatório elaborado em 2018 pelo Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Notícias Falsas e Desinformação On-line. Direcionado aos países do bloco europeu, o documento sugere uma abordagem baseada em vários pilares, entre eles mais transparência por parte dos portais e provedores da internet; “alfabetização midiática e informacional” de jovens e adultos; e promoção de pesquisas acadêmicas sobre a desinformação.

Para Marcos Nobre, o desafio que se coloca à ciência é o de dialogar mais com a sociedade. “A ciência precisa refazer sua plataforma de legitimação social e terá de ser absolutamente transparente para obter sucesso”, sugere. Ela também precisa mostrar para a sociedade que está aberta ao debate, mesmo com os que negam suas conclusões. “Do contrário, alimentará a ideia conspiratória de que tem um conluio com o poder”, conclui o pesquisador.

(ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. *Resistência à ciência*. Pesquisa Fapesp, ed. 284, out. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/>)

A partir do texto acima, elabore uma redação abordando a relação entre a crise de legitimidade vivenciada pela ciência e a crise de confiança de outras estruturas de poder, ou seja, o nexos entre a ciência e a sociedade em que vivemos.